



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 294042-5 Comarca do Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco.  
**Agravada:** Mariana Navarro Veras.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE PROVA PRECONSTITUÍDA E ILEGITIMIDADE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE RESSOCIALIZAÇÃO. REJEITADAS. VÍNCULO JURÍDICO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Conforme se observa às fls. 44/46, a agravada juntou aos autos cópia do requerimento administrativo, protocolada em 11 de outubro de 2012, ao secretário executivo de ressociação sem notícia de resposta até a presente data, onde requer expressamente a prorrogação da licença maternidade por mais 60 (sessenta) dias, desta forma, não há como prosperar a alegada ausência de prova preconstituída, bem como a alegada ilegitimidade do secretário executivo em razão de inexistência de ato praticado pelo mesmo. 2. Por possuírem vínculo jurídico administrativo com a Administração Pública, os contratados por prazo determinado estão submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado no tocante à licença gestante. 3. Entendimento consagrado nesta Corte de Justiça. 4. Dúvidas não há quanto ao direito da agravada à prorrogação de sua licença maternidade para 180 (cento e oitenta) dias. 5. O contrato realizado entre agravada e a Administração Pública fora firmado anteriormente à entrada em vigor da Lei Estadual nº 14.547/2011, que revogou a Lei Estadual nº 10.954/93 e passou a prever de maneira expressa, em seu art. 10, §1º, a concessão de licença maternidade aos contratados temporários nos termos da CLT, não sendo, portanto, aplicável ao caso em apreço. 6. Recurso de agravo improvido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo no agravo de instrumento nº 294042-5, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P. e I.

Recife, 21 de 03 de 2013

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 294042-5 Comarca do Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco.  
**Agravada:** Mariana Navarro Veras.

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento apensado, no sentido de manter a prorrogação da licença maternidade da ora recorrida, contratada temporária, por mais 60 (sessenta) dias, totalizando um período de 180 (cento e oitenta) dias.

Reitera o recorrente, preliminarmente, a ausência de prova preconstituída, a ilegitimidade do secretário executivo de ressocialização para figura no pólo passivo da demanda e a vedação legal à liminar concedida, e, no mérito, afirma que, o vínculo da impetrante para com o Estado é de natureza administrativa e não privatista, assim, o regime a que está sujeita é especial e difere do regime aplicável aos servidores públicos civis ocupantes de cargos de provimento efetivo, especialmente quanto aos benefícios previdenciários, como a licença maternidade, de forma que só possui direito a 120 (cento e vinte) dias de licença gestante.

É o relatório.

Recife, 21 de 07 de 2013

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

**Recurso de agravo no agravo de instrumento nº 294042-5 Comarca do Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco.  
**Agravada:** Mariana Navarro Veras.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada lançada em sua parte decisória:

De início, quanto às preliminares elencadas, verifico que não merecem prosperar, pois, ao contrário do que afirma o agravante, conforme pode se observar às fls. 44/46, a agravada juntou aos autos cópia do requerimento administrativo, protocolada em 11 de outubro de 2012, ao secretário executivo de ressociação sem notícia de resposta até a presente data. Exsurge dos autos que a agravada, contratada temporariamente para exercer a função de psicóloga, lotada atualmente na Superintendência de Capacitação e Ressociação (fls. 37/38), engravidou na vigência do contrato, tendo entrado em gozo de licença maternidade na data de 10/07/2012, por um prazo de 120 dias, mas solicitou, em 11/10/2012, a prorrogação de sua licença de 120 para 180 dias, porém o pleito não foi apreciado, razão pela qual a agravada impetrou Mandando de Segurança no dia 05/11/2012. Ora, a questão controversa em exame refere-se ao prazo de licença maternidade a que estão sujeitos os agentes públicos contratados por tempo determinado. Apesar de o art. 9º, II e parágrafo único da Lei Estadual nº 10.954/93, a qual rege a contratação temporária de pessoal no âmbito do Estado de Pernambuco, não incluir expressamente a licença maternidade como uma hipótese de extensão dos direitos dos servidores efetivos aos servidores temporários, esta Corte de Justiça vem reiteradamente adotando o posicionamento no sentido de que, por possuir vínculo jurídico administrativo com a Administração Pública, os contratados por prazo determinado estão submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado no tocante à licença gestante, senão vejamos: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE. REGIME JURÍDICO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE. POSSIBILIDADE. REQUISITOS CONFIGURADOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - O regime imposto pela própria Administração à relação jurídica entre ela e a agravante foi de direito administrativo (cláusula oitava). Diante da previsão contratual, submetesse a agravante ao disposto no art. 126 da lei 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco), com a nova redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 091/2007: direito à licença-maternidade por 180 dias com vencimento integral. 2 - Em virtude da eminência da proteção da maternidade que, vale destacar, constitui dever do Poder Público, outra exegese do art. 9º da Lei nº 10.954/93 não é possível a hermenêutica senão a que estende ao servidor contratado temporário o direito à licença maternidade prorrogada por mais sessenta dias prevista no Estatuto dos Servidores Públicos. 3- A prorrogação da licença-maternidade constitui

relevante instrumento de concretização da proteção da criança e da entidade familiar consagrada nos arts. 226 e 227 da Constituição Federal. Portanto, inadmissível qualquer discriminação entre as servidoras efetivas e as servidoras contratadas temporariamente. 4 - Agravo Regimental improvido por unanimidade (Agravo Regimental 287634-2/01, GCDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 6/11/2012). MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE (DE 120) PARA 180 DIAS. CONTRATO TEMPORÁRIO. REGIME JURÍDICO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (LEI Nº 6.123/68). CONCESSÃO DA SEGURANÇA. 1. É fora de dúvida que os contratos temporários celebrados com base em excepcional interesse público estão sujeitos, em linha de princípio, a "regime jurídico-administrativo". 2. No caso em tela, verifica-se que o regime jurídico imposto expressamente pelo Estado de Pernambuco à relação jurídica firmada com a Impetrante foi de Direito administrativo, conforme se depreende da cláusula 8ª do Contrato Temporário Por Excepcional Interesse Público acostado aos autos, que foi estipulada em observância ao art. 9º da Lei Estadual nº 10.954/93. 3. O art. 126 da Lei nº 6.123/68 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco), com a nova redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 091/2007, estabelece que "A servidora gestante tem direito à licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, com vencimento integral.", daí decorrendo a plausibilidade da tese esposada neste writ, segundo a qual, em tema de licença-maternidade, é de se conferir tratamento idêntico aos agentes públicos ocupantes de cargo e aos exercentes de funções temporárias, inclusive por força do princípio ubi eadem ratio ibi eadem dispositio. 4. Segurança concedida em ordem a tornar definitiva a liminar concedida initio litis, assegurando à impetrante o gozo de licença-maternidade pelo período de 180 dias (acrescendo-se, portanto, 60 dias ao período originariamente concedido). 5. Via de consequência, declarou-se prejudicado o agravo regimental em apenso (nº 0281783-6/01). 6. Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF (Mandado de Segurança 281783-6, GCDP, rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, julgado em 27/11/2012). Nessa linha, a agravada faz jus ao gozo de licença maternidade pelo período de 180 dias, importando ressaltar que o contrato realizado entre a mesma e a Administração Pública fora firmado anteriormente à entrada em vigor da Lei Estadual nº 14.547/2011, que revogou a Lei Estadual nº 10.954/93 e passou a prever de maneira expressa, em seu art. 10, §1º, a concessão de licença maternidade aos contratados temporários nos termos da CLT, não sendo, portanto, aplicável ao caso em apreço. Pelo exposto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento para manter hígida a decisão agravada, eis que se encontra em conformidade com a jurisprudência dominante desta Corte de Justiça.

De início, ao contrário do que afirma o agravante, conforme pode se observar às fls. 44/46, a agravada juntou aos autos cópia do requerimento administrativo, protocolada em 11 de outubro de 2012, ao secretário executivo de ressociação sem notícia de resposta até a presente data, onde requer expressamente a prorrogação da licença maternidade por mais 60 (sessenta) dias, desta forma, não há como prosperar a alegada ausência de prova preconstituída, bem como a alegada ilegitimidade do secretário executivo em razão de inexistência de ato praticado pelo mesmo.

Outrossim, conforme anteriormente consignado, a recorrida, contratada temporariamente para exercer a função de psicóloga, lotada na Superintendência de Capacitação e Ressociação, engravidou na vigência do contrato, tendo entrado em gozo de licença maternidade na data de 10/07/2012, por um prazo de 120 dias, mas solicitou, em 11/10/2012, a prorrogação de sua licença de 120 para 180 dias, porém o pleito não foi

125  
8

apreciado, razão pela qual a agravada impetrou Mandando de Segurança no dia 05/11/2012.

É cediço que o art. 9º, II e parágrafo único da Lei Estadual nº 10.954/93, a qual rege a contratação temporária de pessoal no âmbito do Estado de Pernambuco, não inclui expressamente a licença maternidade como uma hipótese de extensão dos direitos dos servidores efetivos aos servidores temporários.

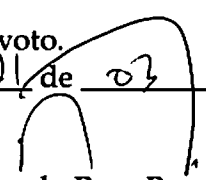
Todavia, esta Corte de Justiça vem reiteradamente adotando o posicionamento no sentido de que, por possuírem vínculo jurídico administrativo com a Administração Pública, os contratados por prazo determinado estão submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado no tocante à licença gestante (confirmam-se: MS 270703-1, GDCP, rel. Des. Jorge Américo Pereira de Lira, julgado em 11/09/2012 e AI 258734-2, 2CDP, rel. Des. José Ivo de Paulo Guimarães, julgado em 22/03/2012).

Sendo assim, dúvidas não há quanto ao direito da agravada ao gozo de licença maternidade pelo período de 180 dias, valendo-se salientar que o contrato realizado entre a mesma e a Administração Pública fora firmado anteriormente à entrada em vigor da Lei Estadual nº 14.547/2011, que revogou a Lei Estadual nº 10.954/93 e passou a prever de maneira expressa, em seu art. 10, §1º, a concessão de licença maternidade aos contratados temporários nos termos da CLT, não sendo, portanto, aplicável ao caso em apreço.

Feitas estas considerações, nego provimento ao presente integrativo.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**